

## Parte I - Razão Pura: Pure Reason

# Possibilitar a experiência. Sobre a relação entre o transcendental e o empírico em Kant

Günter Zöllner

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ZÖLLER, G. Possibilitar a experiência. Sobre a relação entre o transcendental e o empírico em Kant. In: SANTOS, L.R., LOUDEN, R.B., and MARQUES, U.R.A., ed. *Kant e o A priori* [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, pp. 25-37. ISBN: 978-85-7983-928-3. Available from: <http://books.scielo.org/id/xstc2/pdf/santos-9788579839283-04.pdf>. <https://doi.org/10.36311/2017.978-85-7983-928-3.p25-38>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

***PARTE I***  
***RAZÃO PURA***  
*Pure Reason*

# POSSIBILITAR A EXPERIÊNCIA. SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O TRANSCENDENTAL E O EMPÍRICO EM KANT\*

Günter Zöllner

O meu lugar é o fértil *bathos* da experiência. (Prol, AA 04: 373).

A minha contribuição busca elucidar a relação multiforme e complexa que é tecida entre o *a priori* e o *a posteriori* na filosofia transcendental de Kant. Eu procedo em seis seções que se referem aos diferentes aspectos da relação em questão. Cada seção abre-se por uma citação-chave de Kant (duas, no caso da sexta seção), seguida por reflexões sistemáticas baseadas no texto da *Crítica da Razão Pura*.

## 1. O EMPÍRICO E O META-EMPÍRICO

Só o caminho *crítico* ainda está aberto. (KrV, A 856 / B 884).

Um *topos* bem estabelecido concernente à filosofia crítica de Kant em geral e à sua filosofia crítico-teórica (« filosofia transcendental ») em particular é a natureza compatibilista desse pensamento, referido à oposição cardial entre o racionalismo « continental », de um lado, e o empirismo britânico, de outro. Kant, diz-se, empreendeu, de uma maneira original e criativa, a reconciliação entre dois sistemas epistemológicos opostos e as suas implicações ontológicas contra-

---

\* Tradução de Ubirajara Rancan de Azevedo Marques a partir do original em francês.

ditórias, respectivamente metafísicas e antimetafísicas. Contudo, a solução construtiva oferecida por Kant à alternativa aporética entre Leibniz e Locke, entre Malebranche e Berkeley ou entre Spinoza e Hume é menos um compromisso do que um ultrapassamento das oposições anteriores, ultrapassamento que as modifica e as transforma radicalmente. A filosofia crítica não é nem um racionalismo empiricizado nem um empirismo racionalizado, mas uma « concepção doutrinal » (*Lehrbegriff*) (KrV, A491 / B519) que critica sistematicamente o racionalismo e o empirismo dos precursores.

Na perspectiva da filosofia crítica, o racionalismo e o empirismo assemelham-se nas suas abordagens pré-críticas das questões do conhecimento e dos objetos a conhecer. O ponto principal da crítica kantiana das duas formas principais da filosofia pré-kantiana concerne ao caráter dogmático de ambas, que consiste na ausência da « distinção crítica » (KrV, BXXVIII) entre os objetos considerados como fenômenos e como coisas em si.

Segundo Kant e a sua reconstrução sistemática da história da filosofia moderna, o racionalismo e o empirismo estão sujeitos à confusão entre essas duas maneiras de considerar os objetos. No caso do racionalismo, o dogmatismo que lhe é inerente consiste na redução dos objetos – qualquer que seja a maneira pela qual eles apresentem-se fenomenalmente – aos númenos e na ilusão de um conhecimento possível das coisas em si. No caso do empirismo, trata-se do erro inverso, que consiste em identificar os objetos fenomenais com os objetos propriamente ditos. Ao passo que o racionalismo nega o estatuto *sui generis* dos fenômenos, que para ele são somente coisas em si confusamente representadas, o empirismo nega todo o ser e conhecer para além dos fenômenos, que, pois, ele toma pelas próprias coisas.

Face às fraquezas filosóficas comuns a esses precursores, a filosofia crítica presta-se ao duplo propósito de restringir as extravagâncias do racionalismo dogmático, que ultrapassa os limites da sensibilidade, e de corrigir a superficialidade do empirismo dogmático, que negligencia e nega toda a realidade para além dos sentidos. Para efetuar o ultrapassamento dos dogmatismos racionalista e empirista, Kant desenvolve uma nova apreciação do princípio que reside no fundo de cada um deles; a saber: respectivamente, a razão e a experiência. No que concerne à razão (teórica), Kant fá-la passar da ordem de fonte autossuficiente de conhecimentos ao de princípio autônomo, mas por si mesmo insuficiente, para assegurar a cognição objetiva. É somente unida a um outro princípio,

o da sensibilidade, que a razão – sob a sua forma teórica de entendimento (*Vers-tand*) – alcança um conhecimento objetivamente válido.

O princípio cognitivo do empirismo é também reconfigurado. Longe de bastar para estabelecer um conhecimento objetivo, os sentidos têm necessidade de um acréscimo e de uma autenticação objetiva que ultrapassam os meios psicológicos e lógicos reconhecidos pelos empiristas. Para Kant, a própria noção de experiência (*Erfahrung*), compreendida como fonte sensitiva de todo o conhecimento válido, requer uma reinterpretação radical. Segundo Kant, o domínio do empírico (« *a posteriori* ») inclui o dos elementos não-empíricos (« *a priori* ») sem os quais os conhecimentos sensíveis não obteriam a qualidade de conhecimentos objetivos. Decerto que a inclusão do *a priori* na própria constituição da experiência não implica um retorno ao racionalismo pré-crítico, para o qual o verdadeiro conhecimento objetivo cumpre-se independentemente da experiência. Em contrapartida, o *a priori*, para Kant, encontra-se no coração da experiência, sem a qual ele corre o risco de perder todo o sentido e toda a significação.

A integração do *a priori* na própria experiência confere um duplo caráter à filosofia crítico-teórica (« transcendental ») de Kant. Enquanto teoria não-empírica (do empírico), ela trata da experiência sob um ângulo que ultrapassa o empírico. Enquanto teoria (não-empírica) do empírico, ela restringe o *a priori* (teórico) ao seu papel essencial para o funcionamento da experiência. Se a sua modalidade não-empírica confere à filosofia transcendental o seu caráter meta-empírico, mas não metafísico, a sua orientação em direção à experiência torna-a empírica, mas não empirista.

## 2. COMEÇO EMPÍRICO E INGREDIENTE NÃO-EMPÍRICO

Que todo o nosso conhecimento comece com a experiência, sobre isso não há absolutamente nenhuma dúvida [...]. *Segundo o tempo*, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo [ele] começa com esta. Mas, embora todo o nosso conhecimento inicie-se *com* a experiência, nem por isso ele surge precisamente todo *da* experiência. (KrV, B 1).

Para levar a termo a integração original do não-empírico no empírico, a filosofia transcendental de Kant deve combater a aparência de uma contradição fundamental que afetaria a própria ideia do não-empírico residindo no coração

do empírico. Kant busca dissolver essa aparência de contradição distinguindo a ordem temporal e a ordem estrutural da experiência. No que concerne ao seu começo no tempo, todo conhecimento pode ser reconduzido à experiência. Sem ela, nenhuma cognição teria lugar. Mas o começo empírico é somente a condição necessária de um conhecimento qualquer, o qual, ademais, requer investimentos da parte do ânimo (*Gemüt*). Certamente, Locke e Hume tinham eles próprios submetido os fatos empíricos (*ideas, impressions*) a certos tratamentos mentais que permitiam adicionar-lhes um conteúdo ou uma significação suplementares. Mas, diferentemente dos empiristas clássicos, Kant considera que o tratamento mental dos dados sensíveis é uma atividade mais do que empírica.

Segundo Kant, a experiência deve ser considerada como o resultado funcional de dois elementos diferentes mas complementares: um elemento material na tradição dos dados sensíveis (*Empfindungen*) e um elemento formal e mesmo formativo. Epistemologicamente, o primeiro elemento opera no nível *a posteriori*, ao passo que o segundo opera no nível *a priori*. Kant liga os dois elementos por uma concepção hilomórfica do conhecimento, segundo a qual as formas *a priori* do conhecimento operam como os princípios graças aos quais os materiais sensíveis adquirem uma significação cognitiva.

O principal projeto da filosofia transcendental, sob a forma preliminar que é a sua, como *Crítica da Razão Pura* (KrV, B27), consiste, pois, numa teoria crítica das formas *a priori* do conhecimento dos objetos. Mas, longe de limitar-se à simples detecção ou enumeração dessas formas, Kant dá-se conta da sua função cognitiva relativamente ao material sensível e em vista da sua transformação em conhecimentos objetivos. A fim de que os conhecimentos baseados sobre os dados sensíveis e enformados pelas formas cognitivas *a priori* refiram-se aos objetos, é preciso assegurar, em princípio, a possibilidade do acordo entre o material e o formal, entre o *a posteriori* e o *a priori*. A estratégia kantiana para cumprir essa tarefa é demonstrar (« deduzir ») a necessidade das formas cognitivas *a priori* para a própria possibilidade da experiência e de todos os seus objetos.

A experiência possível à qual a dedução transcendental remete, pois, não é um fato empírico, generalizado de uma maneira qualquer, mas a experiência enquanto tal e como resultado de uma constituição complexa cujas formas cognitivas *a priori* são as condições necessárias, mas não suficientes. A experiência possível é a experiência *tornada* possível. Ela não representa um fato dado, mas um fato cumprido, um acabamento, mais do que uma ocorrência. É esse

sentido energizante – possibilitador e formativo – possuído pela experiência em Kant que a distingue da experiência dos empiristas, nos quais a experiência serve de base, mesmo que ela inclua elementos mentais e reflita uma certa participação ou um investimento do espírito.

### 3. ORIGEM PURA E EMPREGO EMPÍRICO

'Segue-se, pois, incontestavelmente, que os conceitos puros do entendimento *nunca* podem ser de uso *transcendental*, mas *sempre* só de uso *empírico*.' (KrV, A 246 / B 303).

A relação dinâmica entre o *a priori* e o *a posteriori* não se limita à função unilateral da possibilitação da experiência. Pois a possibilitação da experiência pelo *a priori* não é uma entre outras das suas funções, mas o seu principal propósito. Mais ainda: a função própria do *a priori* é somente a sua função transcendental de tornar possível a experiência como tal. Não é somente que a experiência seja tornada possível no emprego das funções transcendentais do *a priori*. É o próprio *a priori* que recebe a sua validação na sua função de tornar possível a experiência. Fora da sua função transcendental, o *a priori* é somente uma estrutura vazia de conteúdo ou uma função formal que a nada serve.

Na filosofia transcendental de Kant a possibilitação da experiência é também a realização do *a priori* – a sua aplicação a um domínio no qual a irrealidade das suas formas cognitivas adquire uma realização. Mas essa realização do *a priori* através da possibilitação da experiência é também uma restrição. A realização das formas *a priori* na formação original da experiência mostra ser a única maneira de realizá-las (num contexto teórico-cognitivo). Qualquer outra realização é somente ilusória e imaginária. Assim, se a experiência só é possível sobre a base de condições formais *a priori*, estas últimas só são realizáveis no seu papel essencial para a constituição da experiência.

Contudo, a relação mútua e complementar entre a experiência e as suas condições necessárias não é estritamente recíproca e simétrica. A dependência da experiência frente ao *a priori* transcendental é de uma modalidade estritamente potencial – as formas cognitivas são necessárias para a experiência, mas elas não lhe bastam. A referência das formas transcendentais para a experiência toma a forma de uma *antecipação*: uma vez atualizada pelas suas

condições contingentes, mas suficientes, a experiência vai manifestar as regras formais que procedem das condições cognitivas necessárias. A experiência (factual), pois, não serve tanto para verificar as formas cognitivas com a ajuda de um conteúdo qualquer quanto para instanciá-las. Em contrapartida, tornar possível a experiência significa para as formas cognitivas o seu emprego proléptico em toda a experiência possível.

Um aspecto crucial do jogo entre a possibilitação (original) e a instanciação (factual) que se estabelece na relação entre formas transcendentais e experiência possível é o desdobramento interno das condições cognitivas *a priori*. A referência à experiência possível não concerne, ao menos originalmente, a uma relação exterior das formas transcendentais para com a experiência. Trata-se, em primeiro lugar, de uma relação dinâmica entre duas espécies de formas cognitivas que são distintas na suas origens e gêmeas nas suas operações. Trata-se dos princípios da sensibilidade e das suas intuições, de um lado, e dos princípios do entendimento e dos seus conceitos, de outro. Cada uma das duas fontes cognitivas possui as suas próprias formas. Tais são o espaço e o tempo como formas puras da sensibilidade e as categorias como formas puras do entendimento.

No nível das formas transcendentais de toda a experiência possível, a possibilitação da experiência apresenta-se como uma cooperação complementar entre as contribuições formais da sensibilidade e as do entendimento. No isolamento de uma relativamente ao outro, nem a sensibilidade nem o entendimento poderia assegurar a constituição da experiência. Cada uma das duas capacidades mentais, considerada em si mesma, é absolutamente imperfeita no plano epistemológico.

A sensibilidade, como princípio da receptividade para as sensações, contém um « múltiplo» (*Mannigfaltiges*) (KrV, A20 / B34) que não é ainda preenchido de conteúdo (a ser fornecido pelas sensações). Trata-se, pois, de uma pura formalidade. Por outro lado, as formas originais da sensibilidade carecem ainda de qualquer determinação. Não são somente formas vazias (de conteúdo), mas também formas vagas e virtuais. As formas originais da sensibilidade são mais a estrutura geral de disponibilidade cujas formas específicas serão ainda determinadas e cujo conteúdo empírico será ainda fornecido.

Quanto às contribuições do entendimento considerado nele próprio, elas são igualmente incompletas. Como tais, as formas originais do entendi-



mento são funções de unificação sem conteúdo a ser unificado. E não é somente que falte o conteúdo empírico aos conceitos puros do entendimento, que lhes é dado somente *a posteriori* na formação dos conceitos empíricos; como « formas de pensamento » (*Gedankenformen*) (KrV, B150), as categorias não possuem sequer um ponto de apoio ou pontos de orientação para a sua eventual aplicação empírica – porque, como formas intelectuais, elas não têm nada em comum nem com as formas puras da sensibilidade nem com os objetos empíricos da sensibilidade. É somente no curso da sua dedução e esquematização (transcendentais) que as categorias recebem um « conteúdo transcendental » (KrV, A79 / B105), e por meio disso obtêm uma validade objetiva; ou seja: uma referência constitutiva aos objetos empíricos possíveis.

#### 4. OCASIÃO EMPÍRICA E GERAÇÃO *A PRIORI*

Seguiremos, pois, no entendimento humano, os conceitos puros até os seus primeiros germes e disposições, nos quais eles estão preparados, até que, liberados das condições empíricas a eles apendentes, sejam enfim desenvolvidos por ocasião da experiência e apresentados na sua pureza pelo mesmo entendimento. (KrV, A 66 / B 91).

Dada a profunda imersão do *a priori* no *a posteriori* em geral e a restrição incontornável das formas cognitivas (no seu emprego teórico) à constituição da experiência possível e dos seus objetos em particular, é preciso perguntar-se como o conhecimento dessas formas, fornecido pela teoria transcendental na *Crítica da Razão Pura*, é ele próprio possível em geral. O saber transcendental concernente às condições *a priori* do conhecimento empírico apresenta-se como um meta-saber, aquém ou além do conhecimento comum. Na epistemologia transcendental de Kant, esse conhecimento extraordinário é o resultado de uma análise crítica que busca situar e reconstruir a origem e o desdobramento das formas cognitivas fundamentais. Em oposição ao começo empírico de todo o conhecimento, que é de ordem temporal, a origem e a estruturação dos conhecimentos formais não seguem uma cronologia. Não se responde à questão: « que fez você nessa manhã ? », declarando: « eu sintetizei o múltiplo da intuição. »

Mas Kant não renuncia completamente a um vocabulário e a uma conceituação temporalmente enformadas para esclarecer a constituição do conheci-

mento. Com efeito, é crucial para a teoria transcendental da experiência distinguir entre a origem e o emprego, mais precisamente entre a origem *a priori* (« pura ») das categorias (e das formas puras da sensibilidade) e o seu emprego empírico. Mesmo que ele não caracterize essa diferença nos termos de uma cronologia dos atos de conhecimento, Kant evoca uma certa temporalidade transcendental. Ademais, Kant apresenta a diferença entre a origem e o emprego sob a forma de uma analogia e por meio de uma metáfora. A analogia é tirada das teorias contemporâneas concernentes aos seres vivos (« história natural »). Kant serve-se em particular da concepção genética do organismo, segundo a qual o indivíduo adulto desenvolve-se sobre a base de certas condições preliminares (« disposições », « germes ») que determinam a sua composição e o seu funcionamento. Segundo a teoria biológica que tem os favores de Kant – a saber: a epigenesia –, a maturação de um ser vivente consiste na emergência de novas estruturas não ainda contidas em ato nos germes ou nas disposições, mas neles encontrando-se de maneira somente potencial ou virtual.<sup>1</sup>

Na aplicação da teoria da epigênese à epistemologia transcendental, os germes ou as disposições tornam-se os princípios cognitivos *a priori* que – por assim dizer – dormem no espírito para ser desenvolvidos no contexto dos dados sensíveis e para crescer ou amadurecer numa estrutura quase-orgânica; a saber: a experiência possível (tornada possível). Segundo esse modelo biológico – para não dizer: biologista – do conhecimento, as formas cognitivas puras, inclusive as categorias, não se encontram pré-formadas no espírito. Enquanto formas virtuais, as condições cognitivas só se realizam na sua especificidade na sua aplicação ao material sensível e no seu emprego empírico. Na epistemologia crítica, a epigenesia, pois, substitui o inatismo.<sup>2</sup> Sempre segundo a inspiração da teoria epigenética em história natural, Kant distingue entre os papéis causais diferentes que exercem as condições formais e os materiais sensíveis na constituição da experiência. Ao passo que as primeiras servem como verdadeiras causas (formais) da experiência, as segundas fornecem as ocasiões - «causas ocasionais» (KrV, A86 / B118) - do desenvolvimento das primeiras e do seu desdobramento no domínio empírico. Mas a causalidade assim implicada na constituição da experiência e introduzida pelo modelo da geração natural dos seres viventes arrisca-se a naturalizar, e mesmo biologizar, o *a priori* kantiano.

## 5. GÊNESE E VALIDADE

“Eu não me ocupo com a evolução dos conceitos como Tetens [...] nem com a análise [dos mesmos] como Lambert, mas simplesmente com a sua validade objetiva [...]” (Refl, AA 18: 23 [Nr. 4900]).

Kant adota uma dupla estratégia para dissolver a impressão de um naturalismo inesperado no próprio interior do seu apriorismo da experiência. Por um lado, ele sublinha que a epigênese, na formação original da experiência, é ela própria de natureza *a priori* e desenvolve-se fora da ordem temporal da experiência. Na dedução transcendental das categorias da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, ele emprega a expressão « epigênese da razão pura » (*Epigenesis der reinen Vernunft*) (KrV, B167) para indicar o caráter estritamente extratemporal e não-empírico da formação que faz das categorias princípios da experiência possível. Mas a linguagem e a conceitualização de uma relação genética no fundo da experiência são sempre difíceis de reconciliar com as pretensões puras da filosofia transcendental.

A mesma coisa vale para um outro modelo do qual Kant serviu-se na apresentação crítica da formação *a priori* da experiência. Fundando-se sobre a doutrina jusnaturalista da aquisição originária (*acquisitio originaria*), de uma tomada de posição anterior a qualquer apropriação por parte de outrem, (MS/RL, AA 06: 258 et seq.) Kant, no seu escrito polêmico contra Eberhard, designa o nascimento das categorias como uma aquisição original graças à qual o espírito possui formas cognitivas que ele não tomou emprestadas da experiência (ÜE, AA 08: 221 et seq.). A única coisa que precede essa aquisição interior e *a priori* é um certo « fundamento no sujeito » que serve de disposição subjacente a toda aquisição subsequente, assim como a toda atualização ou a todo desenvolvimento. Mas essa analogia jurídica corre o risco de tornar a formação das categorias contrafactual, senão mesmo completamente imaginária.

A segunda estratégia antiempírica adotada por Kant na teoria transcendental da experiência é um logicismo pronunciado que trata a constituição *a priori* da experiência sob o ângulo de uma lógica transcendental dos conceitos e juízos do entendimento puro. Nessa perspectiva, os elementos *a priori* da experiência não são entidades ou processos mentais, mas funções e regras lógicas governando a formação dos conceitos e dos juízos empíricos. A funcionalidade das formas cognitivas é, pois, medida pelas concepções semânticas como as da refe-

rência objetiva ou da validade objetiva dos conceitos e juízos *a priori*. A linguagem das causas (formais ou ocasionais) do modelo epigenético do conhecimento é substituída por um vocabulário lógico-epistemológico; o discurso mentalista é substituído por um discurso normativo.

Mas, malgrado isso, Kant tem sempre necessidade de servir-se de analogias para dar conta da lógica transcendental das categorias. Kant não se contenta com introduzir os conceitos puros do entendimento como meta-regras para a formação dos conceitos empíricos. Ele apresenta-os como conceitos *suprassensíveis* concebidos sobre o modelo dos conceitos sensíveis – com um conteúdo particular (« conteúdo transcendental »), critérios específicos de aplicação (« esquemas transcendentais ») e um uso proposicional em juízos diferenciais (« princípios do entendimento puro »). Os detalhes do discurso normativo da lógica transcendental são, também eles, largamente tirados do tratamento dos conceitos sensíveis, concebidos como regras de unificação de um múltiplo dado.

Poder-se-ia mesmo sustentar que a linguagem e a conceitualização da validade objetiva das categorias e dos princípios correspondentes são enformados pelo caso dos conceitos empíricos. Cada um dos dois tipos de conceitos reenvia a um domínio de objetos do qual ele expõe os traços gerais que funcionam como predicados (em termos ontológicos: como universais) exemplificados pelos objetos particulares. Ademais, segundo o resultado crítico da « lógica transcendental », os dois tipos de conceitos – conceitos empíricos, conceitos *metaempíricos* ou conceitos « *metafísicos* » de antanho – reenviam aos mesmos objetos; a saber: aos objetos empíricos ou aos fenômenos no espaço e no tempo. Essa identificação extensional entre o domínio dos conceitos empíricos e o dos conceitos categoriais distingue a posição da primeira Crítica da do seu precursor semicrítico, a Dissertação de 1770, que reenvia as duas classes de representações às duas ordens ou mundos epistêmica e ontologicamente distintos. (cf. MS/AA 02: 398-410).

Contudo, no nível intensional das duas classes de conceitos, a diferença entre o transcendental e o empírico persiste. Os conceitos empíricos são regras de unificação para um múltiplo de intuições empíricas com vistas a determinar um objeto do qual elas são os aspectos diferentes, mas coerentes. As categorias, em contrapartida, são os conceitos que permitem determinar um objeto « em geral » (*überhaupt*) – qualquer que seja o seu conteúdo. Estritamente falando, o « objeto em geral » ou o « objeto transcendental » não é um objeto como os

outros, mas a própria forma da objetividade – tal como a « consciência em geral » (*Bewußtsein überhaupt*) não é um tipo de consciência, mas a forma original de toda consciência objetiva.

## 6. EMPREGO A PRIORI E EMPREGO A POSTERIORI

“Nomeio 'transcendental' todo o conhecimento que se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecimento de objetos em geral, à medida que este deve ser possível *a priori*.” (KrV, B 25).

“A palavra transcendental [...] não significa algo que sobrepassse toda a experiência, e sim o que em verdade a precede (*a priori*), mas que para nada mais é determinado do que para tornar possível unicamente o conhecimento empírico.” (Prol, AA: 04: 373).

A relação multiforme e completa entre o *a priori* e o *a posteriori* na teoria transcendental de Kant recebe a sua expressão mais avançada na própria definição do transcendental. Em geral, o transcendental é atribuído à ordem epistemológica, mais do que à ordem ontológica. Trata-se de um conceito que designa a dimensão das condições formativas de certos conhecimentos. O conhecimento transcendental concerne às condições de possibilidade de outros conhecimentos que dele dependem de uma maneira geral ou original.

Mas, segundo a autointerpretação de Kant, há dois domínios distintos para a função fundamental do transcendental. E há duas orientações diferentes para o seu emprego. Por um lado, o transcendental torna possível juízos sintéticos *a priori* que constituem o miolo das duas ciências paradigmáticas: a matemática e a física, como ciências *a priori*. Nessa perspectiva, o transcendental participa de uma epistemologia das ciências (naturais). Mas esse acordo transempírico do transcendental é também orientado para uma outra ciência, pretensa, mais do que real, com um conjunto de (pretensos) princípios sintéticos *a priori* – a metafísica. Contudo, uma tal metafísica como ciência não pode ser tornada possível por nenhum esforço da crítica transcendental, o qual preferencialmente destrói toda esperança de uma tal ciência metafísica.

Por outro lado, o transcendental é apresentado por Kant como dirigido principalmente na direção da experiência, e, em particular, na direção da sua possibilidade. A função epistemológica do transcendental é aqui dirigida

na direção dos objetos empíricos e das suas determinações contingentes. Essa segunda perspectiva sobre o transcendental poderia parecer incompatível com a primeira: ou bem o transcendental concerne às ciências *a priori* ou bem ele dirige-se aos objetos e juízos empíricos. No primeiro caso, são as proposições sintéticas *a priori* que devem ser tornadas possíveis. No segundo, o transcendental ocupa-se com proposições sintéticas *a posteriori*. O transcendental parece suspenso entre o cientismo e o naturalismo, entre a fundação das ciências rigorosas e a da experiência comum.

Contudo, a diferença entre os dois sentidos do transcendental não é tão grande e a distinção entre os dois domínios governados pelo transcendental não é tão absoluta quanto parece. O domínio das ciências não é separado do dos conhecimentos empíricos comuns. As ciências física e matemática representam o miolo nomológico da própria experiência. Para Kant, a matemática e a física são essencialmente as ciências dos fenômenos. Longe de seguir a dissociação platônica do científico e do empírico, Kant liga os dois de maneira íntima e exclusiva. Só há ciência dos objetos no espaço e no tempo. E esses objetos, como fenômenos, só advêm sob a direção constitutiva das leis *a priori* da natureza, à medida que se trata de produtos do entendimento puro com as suas categorias e os seus princípios.

Dum ponto de vista extensional, dizer que o transcendental tem relação com a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* é estritamente idêntico à sua caracterização alternativa como fundação das ciências matemático-físicas. Trata-se mais duma diferença de intensão entre o condicionamento da experiência como domínio de objetos empírico, por um lado, e, por outro, a constituição da experiência como domínio das leis que governam esses objetos. Para empregar uma distinção fornecida pelo próprio Kant, o transcendental no primeiro sentido concerne à natureza concebida materialmente, como soma total dos fenômenos, ao passo que o transcendental no segundo sentido ocupa-se com a natureza considerada formalmente, como um conjunto de objetos submetidos às leis universais.

A coincidência das duas definições (e direções) do transcendental em Kant implica nele uma identidade correspondente entre a orientação empírica e a direção não-empírica do *a priori*. O *a priori* é ao mesmo tempo o oposto e o aliado do *a posteriori*, como o transcendental é ao mesmo tempo o oposto e o aliado do empírico. Se o pensamento crítico de Kant representa um quase-empi-

risimo, dada a sua relação íntima – possibilitadora – para com a experiência, ele é também um quase-transcendentalismo, dado o seu ultrapassamento radical e originário de toda a experiência.

Quando, a respeito do estatuto epistemológico do princípio transcendental da subjetividade, Kant declara que a apercepção transcendental « tem de ser considerada como conhecimento do empírico em geral e pertence à investigação da possibilidade de toda a experiência, [investigação] que é certamente transcendental », ele próprio, na noção d' « o empírico em geral » (*das Empirische überhaupt*), tornou clandestina essa identidade do empírico como transcendentalmente possibilitado e do transcendental como empiricamente realizado (KrV, A343 /B401).

## REFERÊNCIAS

MENSCH, J. *Kant's Organicism. Epigenesis and the development of critical philosophy*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2013.

ZÖLLER, G. From Innate to a priori: Kant's radical transformation of a Cartesian-Leibnizian legacy. *The Monist*, v. 72, p. 222-235, 1989.

## NOTAS / NOTES

<sup>1</sup> Sobre a familiaridade de Kant com o discurso proto-biológico de seu tempo, cf. Jennifer Mensch (2013).

<sup>2</sup> Sobre esse ponto, cf. também Günter Zöller (1989).